



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Compensação Ambiental no Pará

**CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS
DE SIGNIFICATIVO IMPACTO**

1ª Edição

**Belém - Pará
Fevereiro/2021**



HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador do Estado do Pará

LÚCIO DUTRA VALE

Vice-Governador do Estado do Pará

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS
Presidente da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Pará - CCA

ANA ANDREA BRITO MAUÉS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias - SAGAT

RODOLPHO ZAHLUTH BASTOS

Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental - SAGRA

RAUL PROTAZIO ROMÃO

Secretário Adjunto de Gestão de Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas - SAGRH

WENDELL ANDRADE DE OLIVEIRA

Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos - DPC

FÁTIMA CRISTINA MARQUES FERREIRA

NATÁLIA NAGLE AZEVEDO SILVA

WENDELL ANDRADE DE OLIVEIRA

Secretaria Executiva da Câmara Estadual de Compensação Ambiental do Pará -
SECEX/CCA-PA

Elaboração:

Fátima Cristina Marques Ferreira

Maria de Nazaré Bentes de Lima

Natália Nagle Azevedo Silva

Wendell Andrade de Oliveira

Colaboração:

Anderson Rubens Ribeiro de Souza

Letícia Maria Viana Negrão

Guilherme Ferreira Bentes

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	6
LISTA DE IMAGENS	8
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	8
PALAVRA DO SECRETÁRIO DE ESTADO	9
1. BREVE HISTÓRICO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO PARÁ	13
2. PANORAMA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ	17
2.1. Dados Gerais de UCs no Pará	17
2.2. Atualizações Normativas e Fluxo Administrativo	20
2.3. Principais Empreendimentos Geradores de Compensação Ambiental via Estado do Pará	23
2.4. Equipe Dedicada e Transparência de Dados	35
3. FICHAS TÉCNICAS DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO NO ESTADO DO PARÁ	40
3.1. Empreendimento "Votorantim Cimentos Primavera"	36
3.2. Empreendimento "HBSA TUP Vila do Conde" (incluindo ampliação)	38
3.3. Empreendimento "Eletronorte Eclusas de Tucuruí"	40
3.4. Empreendimento "Eletronorte - Usina Hidrelétrica de Tucuruí"	41
3.5. Empreendimento "Belém Orla Estrada Nova"	42
3.6. Empreendimento "ATE III - STE Marabá/Carajás"	43
3.7. Empreendimento "Alcoa Mina Juruti"	44
3.8. Empreendimento "Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. - CTRS Marituba"	46
3.9. Empreendimento "HBSA- ETC Miritituba"	47

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

3.10.	Empreendimento "Rio Túria - ETC Miritituba"	49
3.11.	Empreendimento " Rio Túria - TPG Barcarena"	51
3.12.	Empreendimento "VALE - Projeto Serra Leste" - Com ampliação 10 MTPA	52
3.13.	Empreendimento "CIANPORT - ETC Itaituba"	53
3.14.	Empreendimento "Cargill ETC Itaituba"	54
3.15.	Empreendimento "Cargill TPG Santarém" - Ampliação	55
3.16.	Empreendimento "MR2 - Alphaville Belém 3"	56
3.17.	Empreendimento "SERABI Mina do Palito"	57
3.18.	Empreendimento "MSL Projeto Mina Platô Almeirim"	59
3.19.	Empreendimento "Araguaia Níquel - Projeto Araguaia"	60
3.20.	Empreendimento "Brazauro - Projeto Tocantinzinho"	61
3.21.	Empreendimento " LDC - ETC Tapajós"	62
3.22.	Empreendimento "Hydro Mina Bauxita"	64
3.23.	Empreendimento "Hydro Mineroduto Paragominas"	65
3.24.	Empreendimento "CELBA Usina Termoelétrico (UTE) Novo Tempo"	66
3.25.	Empreendimento "Vale Dourado - Projeto Pedra Branca"	68
3.26.	Empreendimento "VALE Onça Puma"	70
3.27.	Empreendimento "Mina do Sossego"	71
3.28.	Empreendimento "Belo Sun - Projeto Volta Grande do Xingu"	72
3.29.	Empreendimento "Mineração Caraíba - Projeto Boa Esperança"	73
3.30.	Empreendimento "Cevital - TUP e Complexo Agroindustrial Barcarena"	74
3.31.	Empreendimento "CHAPLEAU Projeto Coringa"	75

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

CA - Compensação Ambiental

CCA - Câmara Estadual de Compensação Ambiental do Pará

CELBA - Centrais Elétricas de Barcarena S. A.

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CTCA - Comissão Técnica Interinstitucional para a Compensação Ambiental

DPC - Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (da SEMAS)

DLA - Diretoria de Licenciamento Ambiental (da SEMAS)

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ETC - Estação de Transbordo de Cargas

ESEC - Estação Ecológica

FAQ - (do inglês) *Frequently Asked Questions*

FLONA - Floresta Nacional

FLOTA - Floresta Estadual

IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

MoNa - Monumento Natural

NEL - Núcleo de Estudos Legislativos (da SEMAS)

PARNA - Parque Nacional

PE - Parque Estadual

PEAA - Plano Estadual Amazônia Agora

PEMC - Política Estadual sobre Mudanças Climáticas

PFAM - Procuradoria Fundiária, Ambiental e Minerária (da PGE)

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PI - Grupo Proteção Integral

PNM - Parque Natural Municipal

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBio - Reserva Biológica

RESEX - Reserva Extrativista

REVIS - Refúgio de Vida Silvestre

RI - Regimento Interno

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

RF - Regularização Fundiária

RFau - Reserva de Fauna

SECEX - Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Pará

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SIMLAM - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCCA - Termo de Compromisso de Compensação Ambiental

TCE/PA - Tribunal de Contas do Estado do Pará

TPG - Terminal Portuário Graneleiro

TTC - Terminal de Transbordo de Cargas

TUP - Terminal de Uso Privado

UC(s) - Unidade(s) de Conservação

US - Grupo Uso Sustentável

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Fluxograma Simplificado de Atendimento da Compensação Ambiental. Fonte: SEMAS, Instrução Normativa nº. 02/2020, aprovada durante a 17ª R.O. da CCA/PA (Out/2020).	22
Figura 3: Ambiente virtual da Compensação Ambiental no Sítio Eletrônico Oficial da SEMAS. .	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Totais de Unidades de Conservação em quantidade e em área relativa por bioma, no Brasil. Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2021.	13
Tabela 2: Classificação das categorias nacionais de unidades de conservação conforme grande grupo. (Fonte: BRASIL, Lei Federal nº. 9.985/2000)	14
Tabela 3: Quadro-Síntese de Áreas Protegidas no território paraense, jurisdições, dimensões e equivalências. (Fonte: DPC/SEMAS, 2021).	17
Tabela 4: Lista das Atuais Unidades de conservação estaduais do Pará.	18
Tabela 5: Fontes atuais de Compensação Ambiental no Estado do Pará. (Fonte: SECEX/CCA-PA, 2021).	23
Tabela 6: Investimentos (em R\$) provenientes dos recursos de Compensação Ambiental no Estado do Pará em Processos de Criação de UCs, UCs Federais e Projetos ligados à Biodiversidade.....	29
Tabela 7: Distribuição de fontes de Compensação Ambiental por Unidade de Conservação. ...	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Investimentos de Compensação Ambiental por Unidades de Conservação para o Período 2012-2020.....	26
Gráfico 2: Evolução das Destinações de Compensação Ambiental no Período de 2012-2020..	28

PALAVRA DO SECRETÁRIO DE ESTADO

O biênio 2019-2020 foi, para a SEMAS, marcado por expressivos e importantes avanços. Em 2019, durante os primeiros seis meses que convencionamos chamar de *transição*, diagnosticamos uma série de frentes de trabalho internas que careciam de aprimoramento, bem como outras que necessitavam, em nossa avaliação, de uma completa mudança de direção. Os primeiros meses daquele ano foram, portanto, marcados por um movimento de *reorganização interna*, a fim de que pudéssemos não apenas preparar a instituição para dar conta dos desafios de ordem cotidiana, como também prepará-la para lidar com pautas estratégicas que não são apenas da SEMAS, mas de Estado, a exemplo do fortalecimento de institucionalidades e da reintrodução do Pará nos ambientes internacionais de cooperação técnica e financeira, o que inclui, naturalmente, compromissos ancorados nos temas de Água, Clima e Florestas.

Em 2020, muito embora inegável que as restrições trazidas pela pandemia de COVID-19 tenham representado, também, um aumento das limitações para a execução de ações ordinárias de competência da Secretaria – especialmente entre os meses de abril a julho, mas ainda com fortes reflexos durante o 2º semestre – a SEMAS experimentou importantes resultados no que chamamos de **salto de institucionalidade**, o qual não teria sido possível caso não tivéssemos investido tempo e energia no trabalho interno de reorganização, iniciado no ano anterior.

Uma evidência marcante de evolução institucional, não só para a SEMAS em sentido estrito, mas para o Estado do Pará, foi, por exemplo, o estabelecimento do arcabouço jurídico-normativo da **Estratégia de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Pará**, que apresenta como marco *supra*, após 11 anos de espera, a **Política Estadual sobre Mudanças Climáticas - PEMC**, instituída pela Lei Estadual nº. 9.048, de 29 de abril de 2020, e que traz consigo princípios, diretrizes, macro-objetivos e instrumentos norteadores da contribuição do Pará ao esforço global de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa e ações adaptativas aos efeitos do aumento da temperatura média global, propondo resultados locais e, *pari passu*, contribuindo com metas planetárias.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

Além disso, avançamos também no equivalente tático-operacional da PEMC, coordenando um esforço de integração que culminou no lançamento do **Plano Estadual Amazônia Agora - PEAA**, refletor de um conjunto de ações coordenadas com metas e objetivos específicos para que o Estado do Pará, até 2036, possa tornar-se o 1º Estado “Emissor Líquido Zero” do Brasil para o setor “mudança no uso da terra e florestas”.

Esse avanço tem colocado o Pará em posição de liderança nos contextos amazônico e brasileiro, e mais do que isso: em uma posição de protagonismo no cenário internacional. Uma evidência concreta do resgate deste prestígio é a realização do **Fórum Mundial de Bioeconomia**, a ser sediado em Belém em outubro/2021, evento originado na Europa e que, pela primeira vez, ocorrerá nas Américas.

Por outro lado, olhamos com igual dedicação às frentes de trabalho internas, de fortalecimento da máquina administrativa, e temos experimentado importantes avanços, a exemplo do que ocorre no **campo tecnológico** e de procedimentos-padrão de atendimentos, que fizeram, por exemplo, com que a análise de Cadastros Ambientais Rurais de imóveis no Pará tenha se tornado, em 2020, **24 vezes mais eficiente** em relação ao desempenho mensurado em 2018, colocando o número de análises-mês no patamar de 3.000, contra 125 daquele ano. Outro exemplo de evolução ocorre no campo da **sustentabilidade financeira** do processo de **implementação de Unidades de Conservação**, em que temos como principal expoente os recursos do mecanismo denominado **Compensação Ambiental**, principal motivação deste documento.

Como sabemos, para o desafio complexo de promover gestão ambiental alinhada ao desenvolvimento econômico e à geração de oportunidades para as pessoas, é necessário que a dimensão institucional esteja organizada e coesa, quer seja quando tratamos da estruturação física e funcional de um órgão público, quer seja pelo fortalecimento das políticas públicas, seus princípios, diretrizes, objetivos, metas e instrumentos de execução, passando ainda pela realização de parcerias – tão necessárias à maximização de nossos resultados num estado de superlativos, como o Pará.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

O caso da **reorganização da Compensação Ambiental no Pará** em favor das Unidades de Conservação é emblemático. Graças a este trabalho, iniciado nos primeiros meses de 2019, e que envolveu a elaboração e a atualização de normativos basilares (reestruturação, novo regimento interno CCA e fluxo administrativo estadual), bem como a definição de equipes dedicadas para o trabalho nos campos operacional (SECEX/CCA), técnico (CTCA, órgão subsidiário à tomada de decisão, uma inovação desta Administração) e estratégico (Colegiado da CCA), pudemos experimentar um grande resultado: entre setembro de 2019 e outubro de 2020, à medida em que os elementos necessários à estruturação da pasta ambiental no Estado eram (re)construídos e fortalecidos, a Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CCA/PA, presidida por esta SEMAS, avançava também na **destinação de obrigações privadas de Compensação Ambiental** com valores expressivos, como as dos empreendimentos Linha de Transmissão de Energia Marabá-Itacaiúnas, da empresa ATE III; Terminal de Transbordo de Cargas Tapajós, da empresa *Louis Dreyfus Company* (LDC); Mina Bauxita Paragominas, da empresa Hydro-Alunorte; e Usina Termoelétrica Novo Tempo Barcarena, da empresa Centrais Elétricas de Barcarena S.A. (CELBA). Apenas nos 13 meses que compreendem o mencionado período, **a atividade da CCA/PA viabilizou a destinação de R\$ 50,8 milhões em favor da implementação de Unidades de Conservação Estaduais, geridas pelo IDEFLOR-Bio.**

Celebrando este novo momento da Compensação Ambiental no Estado, mas ao mesmo tempo ciente dos desafios, e imbuídos da visão de que só a transparência e a aproximação à sociedade geram o engajamento público necessário para uma transformação ainda mais efetiva, este Catálogo, em sua 1ª edição, tem por objetivo apresentar um panorama da Compensação Ambiental para as Unidades de Conservação no Estado do Pará, bem como demonstrar, de maneira transparente e concisa, um resumo dos avanços do Estado na condução desse mecanismo. Ao sermos diligentes, em simultâneo, no nascedouro das obrigações privadas - a etapa de Licenciamento Ambiental, na SEMAS - e na "fóz" dessas obrigações - a Gestão de Unidades de Conservação, no IDEFLOR-Bio - constatamos que o conjunto atual de empreendimentos listados nesta edição perfazem, até aqui, o maior potencial de receitas em favor das UCs

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

paraenses e, em consequência, em benefício direto e indireto das populações viventes dentro e no entorno destas áreas protegidas.



José Mauro de Lima O' De Almeida,
Secretário de Estado de Meio Ambiente e
Sustentabilidade, fevereiro/2021

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO PARÁ

Em julho de 2000, com o advento da [Lei Federal nº. 9.985/2000](#), que instituiu o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**, consolidaram-se no Brasil as Unidades de Conservação (UCs), que por definição são “*espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*”. Apesar de este marco legal ser considerado relativamente jovem no ordenamento jurídico brasileiro, é preciso considerar que a origem das Unidades de Conservação remonta a agosto de 1981, quando a [Lei Federal](#) que instituiu a **Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA** trouxe, em seu artigo 9º, VI, a primeira denominação do que viriam a ser as atuais UCs: “*espaços territoriais especialmente protegidos*”.

De lá para cá, como um dos instrumentos de execução da PNMA, as UCs evoluíram não apenas no aspecto conceitual e de diferenciação técnica, como também na prática, em extensão territorial: atualmente, **o Brasil possui 2.446 Unidades de Conservação**, distribuídas em 7 diferentes biomas. Juntas, estas áreas totalizam 2.552.196,72 Km² do País, o que equivale a cerca de **30% de todo o território nacional**.

Tabela 1: Totais de Unidades de Conservação em quantidade e em área relativa por bioma, no Brasil. Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2021¹.

Bioma	Total de UCs	Área percentual bioma
Amazônia	352	28,68%
Caatinga	208	9,36%
Cerrado	444	8,5%

¹ Dashboard a partir de B.I. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWUxMTU0NWMTODkyNC00NzNiLWJiNTQ0tNGI3NTI2NjliZDkzliwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTZThmM2M1NTBInyJ9>

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

Marinho	187	26,46%
Mata Atlântica	1.437	10,74%
Pampa	34	3,34%
Pantanal	25	4,62%

As UCs são categorizadas em dois grandes grupos: (a) **Proteção Integral**, cujo objetivo é preservar a natureza, admitindo assim, apenas uso indireto de seus recursos naturais, e (b) **Uso Sustentável**, que objetiva a compatibilização entre conservação da natureza e o uso sustentável de recursos naturais.

Tabela 2: Classificação das categorias nacionais de unidades de conservação conforme grande grupo. (Fonte: BRASIL, Lei Federal nº. 9.985/2000)

Grupo Proteção Integral	Grupo Uso Sustentável
Estação Ecológica (ESEC)	Área de Proteção Ambiental (APA)
Monumento Natural (MoNa)	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
Parque (PE, PARNA ou PNM)	Floresta (FLOTA ou FLONA)
Reserva Biológica (REBio)	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
	Reserva de Fauna (RFau)
Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Reserva Extrativista (RESEX)
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Diante das expressivas proporções territoriais e dos desafios que se colocam numa seara tão específica, é esperado que a política pública promova ferramentas suficientemente eficazes para o alcance de suas finalidades (dentre as quais, a principal: o “*meio ambiente ecologicamente equilibrado*” do art. 225 da Constituição Federal). Um destes mecanismos – motivação deste documento – é a chamada **Compensação Ambiental (CA)**, que emerge como um mecanismo de criação e fortalecimento de UCs no Brasil. A CA é instituída pela [Lei Federal nº. 9.985/2000](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_9985.htm), que

estabelece em seu art. 36 que *"nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental [...], o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação"*. Esse apoio se dá, por meio da destinação financeira de uma porcentagem do valor global do empreendimento, em favor de Unidades de Conservação previamente eleitas por instância administrativa colegiada. Em outras palavras, a Compensação Ambiental é um mecanismo legal no qual um empreendedor é obrigado a dispor de um esforço compensatório em razão do desenvolvimento de uma atividade poluidora em que alguns efeitos não se é possível evitar ou mitigar. Os recursos financeiros são, via de regra, determinados pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental para aplicação direta em Unidades de Conservação, quer seja para sua implementação (estruturação) como para criações de UCs (pesquisas e atividades que possibilitem a existência formal destes espaços).

Enquanto dispositivo ante danos não-mitigáveis de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o instituto da Compensação Ambiental teve uma importante regulamentação no ano de 2002, a partir do [Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002](#), em que alguns aspectos como a criação e a gestão de Unidades de Conservação passaram a ser regulados e pormenorizados, com a delimitação de regras para a utilização dos recursos, dando, assim, contornos restritos à aplicação da Compensação Ambiental enquanto mecanismo de conservação ambiental.

No Pará, a estrutura estabelecida para o fluxo do mecanismo de Compensação Ambiental compara-se a um rio, cuja "nascente" é a área de Licenciamento Ambiental - quando da apresentação do projeto de interesse do empreendedor, para análise da equipe técnica da SEMAS - e cuja "foz" são os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação, dentre os quais o [Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio](#) ocupa posição de destaque, uma

vez que é o órgão estadual gestor de UCs². Exercendo o papel central na condução do tema no Estado está a Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CCA, criada no Pará no ano de 2007, por meio da [Portaria SEMAS nº. 144, de 13 de março de 2007](#). Com o passar dos anos, esta estrutura adquiriu maior robustez e hoje é regulada pelo [Decreto Estadual nº. 129, de 29 de maio de 2019](#), incluindo um [Regimento Interno atualizado](#) e uma Comissão Técnica de subsídio direto à tomada de decisão: a Comissão Técnica Interinstitucional para a Compensação Ambiental – CTCA.

A Câmara de Compensação Ambiental – CCA é um órgão colegiado, de caráter deliberativo, normativo e fiscalizador, instituído com a finalidade de analisar e propor a aplicação da Compensação Ambiental no Estado do Pará, além de avaliar e auditar, periodicamente as etapas do ciclo de CA, incluindo a prestação de contas a ser apresentada em razão da execução de recursos previamente destinados, bem como outros elementos essenciais ao funcionamento do mecanismo, como regulações de fluxo administrativo e metodologia de cálculo.

²O Estado do Pará passou por uma reforma administrativa em janeiro de 2015 motivada pela Lei Estadual nº. 8.096/2015 e, dentre as várias mudanças destacamos o contexto ambiental que passou a atribuição da gestão das unidades de conservação estaduais e a execução dos recursos de compensação ambiental, que anteriormente cabia a SEMAS, ao IDEFLOR-Bio. Os órgãos ambientais municipais e federais também podem acessar este recurso, desde que mediante interesse materializado em forma de Plano de Aplicação, para análise e deliberação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CCA/PA.

2. PANORAMA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ

2.1. Dados Gerais de UCs no Pará

Atualmente, o Estado do Pará conta com 26 UCs Estaduais, 57 UCs Federais e 10 UCs Municipais, totalizando **93 UCs situadas no território paraense registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC³**, além de outras áreas legalmente protegidas.

Tabela 3: Quadro-Síntese de Áreas Protegidas no território paraense, jurisdições, dimensões e equivalências. (Fonte: DPC/SEMAS, 2021).

Fonte: CNUC , jan/2021 e SEMAS (adaptado)	Estaduais	Federais	Municipais	Total
UCs:	26	57	10	93*
UCs Proteção Integral:	10 (5,6 mi ha)	11 (7,4 mi ha)	5 (5,2 K ha)	26 (13,0 mi ha)
UCs Uso Sustentável:	16 (15,7 mi ha)	40 (12,1 mi ha)	5 (16,4 K ha)	61 (27,8 mi ha)
Terras Indígenas:	--	30,6 milhões ha	--	30,6 milhões ha
Área Protegida Total:	21,3 milhões ha	50,1 milhões ha	21,6 mil ha	71,4 milhões ha
% do Estado:	17%	--	--	57%
Equivalência:	1x 	--	--	 +  +  + 

*Há 6 RPPNs (UCs US) reconhecidas oficialmente.

Em nível de Estado, de 1989 a 2018, **26 Unidades de Conservação** foram criadas e encontram-se em contínuo processo de implementação. Juntas,

³ Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.relatorioFicha>.

representam quase **1/5 do território estadual**, o que equivale à extensão territorial de Inglaterra, Escócia, Irlanda e País de Gales, somados.

Tabela 4: Lista das Atuais Unidades de conservação estaduais do Pará.

Nº.	Unidade de Conservação	Grande Grupo⁴	Município(s) de abrangência	Extensão Territorial (ha)
1	APA Algodual-Maiandeuá	US	Maracanã	3.100,34
2	APA São Geraldo do Araguaia	US	São Geraldo do Araguaia	29.655,00
3	APA Ilha do Combu	US	Belém	1.500,00
4	APA Lago de Tucuruí	US	Breu Branco Goianésia do Pará Itupiranga Jacundá Nova Ipixuna Novo Repartimento Tucuruí	568.667,00
5	APA Marajó⁵	US	Afuá Anajás Breves Cachoeira do Arari Chaves Curralinho Muaná Ponta de Pedras São Sebastião da Boa Vista Salvaterra Santa Cruz do Arari Soure	5.532.517,70
6	APA Paytuna	US	Monte Alegre	56129,00

⁴ US: Uso Sustentável; PI: Proteção Integral, que conforme a Lei Federal nº. 9.985/2000, classifica grupos que se caracterizam por gradientes distintos de proteção ambiental. Em "Uso Sustentável", é permitido o uso direto dos recursos naturais presentes no território, além da própria permissão de habitação de populações humanas; em "Proteção Integral", o gradiente é maior, sendo restritas ou vedadas atividades permissíveis em categorias do grupo US.

⁵ Há ainda em aberto um trabalho de delimitação física do arquipélago, que deve gerar subsídios para, com precisão técnica, deliberar se os 4 municípios continentais considerados "Região do Marajó" devem ser incluídos na lista municipal da UC, considerando que conceitualmente, pela Constituição do Estado do Pará, trata-se de um "Arquipélago" (Art. 13, § 2º). São eles: Bagre, Melgaço, Oeiras do Pará e Portel.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

7	APA da Região Metropolitana de Belém	US	Belém Ananindeua Marituba	7500,00
8	APA Triunfo do Xingu	US	Altamira São Félix do Xingu	1.679.280,52
9	ESEC Grão-Pará	PI	Alenquer Monte Alegre Óbidos Oriximiná	4.245.819,11
10	FLOTA Faro	US	Faro Oriximiná	613.867,67
11	FLOTA Iriri	US	Altamira	440.493,00
12	FLOTA Paru	US	Alenquer Almeirim Monte Alegre Óbidos Prainha	3.612.914,00
13	FLOTA Trombetas	US	Alenquer Óbidos Oriximiná	3.172.978,00
14	MoNa Atalaia	PI	Salinópolis	256,58
15	PE Charapucu	PI	Afuá	65.181,94
16	PE Monte Alegre	PI	Monte Alegre	3.678,00
17	PE Serra dos Martírios-Andorinhas	PI	São Geraldo do Araguaia	24.897,00
18	PE Utinga	PI	Belém Ananindeua	1393,08
19	RDS Alcobaça	US	Novo Repartimento Tucuruí	36.128,00
20	RDS Campo das Mangabas	US	Maracanã	7.062,02
21	RDS Pucuruí-Ararão	US	Novo Repartimento	29.049,00
22	RDS Vitória de Souza	US	Senador José Porfírio	22.956,88
23	REBio Maicuru	PI	Almeirim Monte Alegre	1.151.760,95
24	REVIS Metrópole da Amazônia	PI	Ananindeua Benevides Marituba Santa Isabel do Pará	6.367,27

25	REVIS Padre Tonetto	PI	Maracanã	339,28
26	REVIS Tabuleiro do Embaubal	PI	Senador José Porfírio	4.033,94

2.2. Atualizações Normativas e Fluxo Administrativo

Até o início de 2018, de todas as Unidades de Conservação no estado, apenas as UCs do grupo “Proteção Integral” (vide [Tabela 2](#)) ou aquelas que, em sendo do grupo “Uso Sustentável” fossem diretamente afetadas em específico poderiam acessar recursos da Compensação Ambiental provenientes do empreendimento em questão. No entanto, com o advento da [Lei Federal nº. 13.668, de 28 de maio de 2018](#), está previsto que em virtude do interesse público os recursos de compensação ambiental, além das unidades de conservação de proteção integral, possam ser aplicados também em unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável, especialmente as localizadas na Amazônia Legal. Isso possibilitou que outras categorias de unidades de conservação acessem esses recursos ampliando o rol de UCs elegíveis bem como promovendo a implementação e o fortalecimento desses espaços protegidos, a exemplo das Florestas Estaduais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Assim, no estado do Pará, atualmente, temos 18 UCs estaduais elegíveis para aplicação de recursos da CA, sendo, 1 Estação Ecológica, 4 Florestas Estaduais, 1 Monumento Natural, 4 Parques Estaduais, 3 Refúgios de Vida Silvestre, 1 Reserva Biológica e 4 Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Para o estabelecimento de procedimentos para implementação das UCs, a [Portaria SEMAS/PA nº 3.640/2010](#) preocupa-se em elencar um rol de **15 Programas de Gestão** para aplicação dos recursos oriundos de Compensação Ambiental no Estado do Pará. Tais programas visam orientar a gestão de UCs no território paraense e desdobram-se em: Plano de Manejo; Educação Ambiental; Conselho Gestor; Infraestrutura; Manejo de Recursos Naturais; Desenvolvimento e Valorização de Comunidades Locais; Uso Público; Monitoramento e Fiscalização; Administração; Regularização Fundiária; Comunicação; Pesquisa e Capacitação.

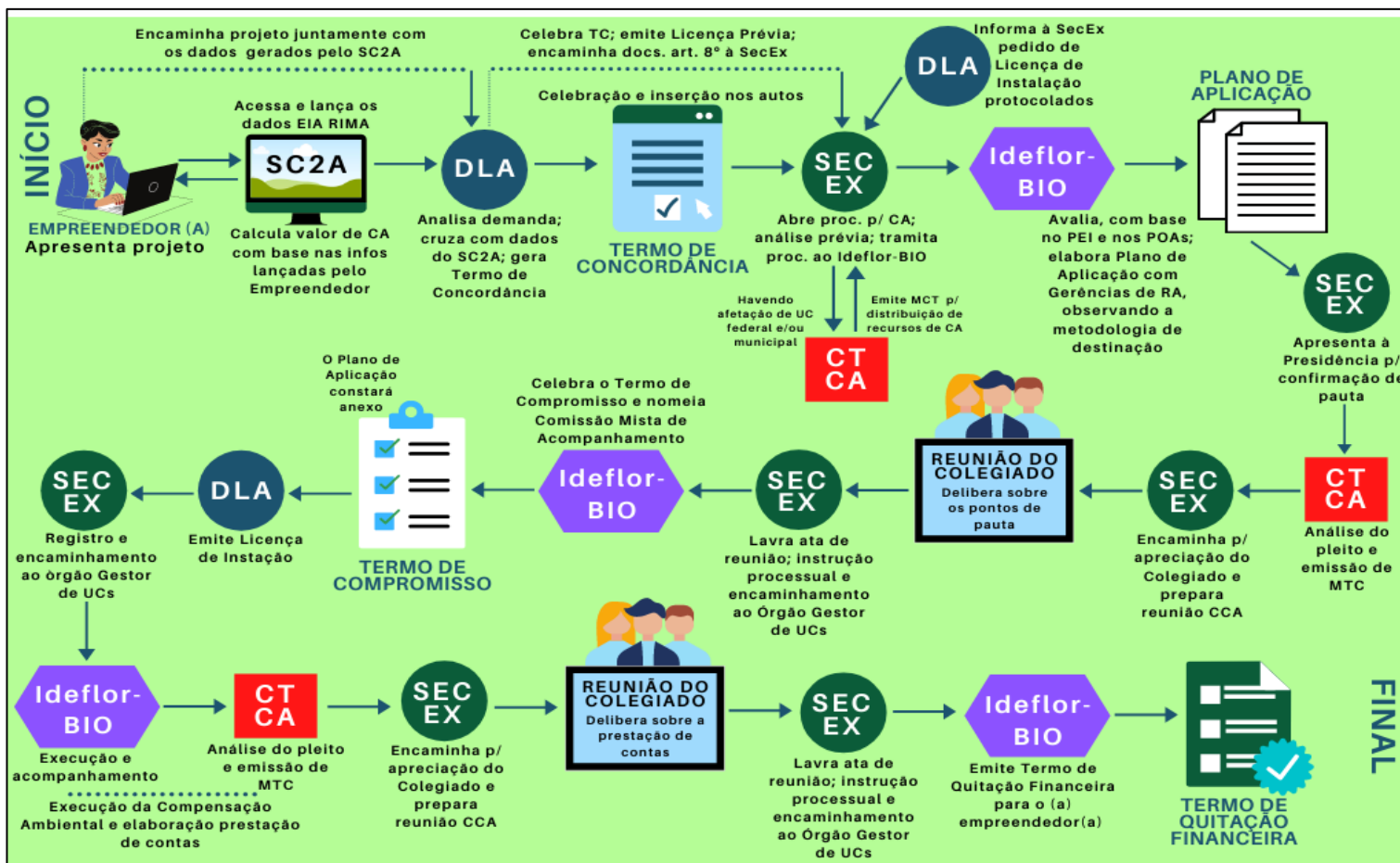
Enquanto a [Instrução Normativa SEMAS nº. 02, de 09 de outubro de 2020](#), estabelece os procedimentos e o fluxo administrativo para a operacionalização e cumprimento da compensação ambiental, decorrente de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental no Estado do Pará. Na ocasião, a [Instrução Normativa SEMAS nº. 02/2020](#) revogou a Instrução Normativa SEMAS nº. 01/2013, tendo em vista que esta tivera sua eficácia amplamente afetada com a Reforma Administrativa Estadual promovida pela [Lei Estadual nº. 8.096/2015](#).

A normatização do fluxo administrativo para a operacionalização e cumprimento da compensação ambiental, foi instituída com vistas a proporcionar maior celeridade e, conseqüentemente, otimizar o processo que perfaz desde o requerimento da licença ambiental no setor de licenciamento até a prestação de contas, pelo Órgão Gestor de UCs beneficiado, dos recursos de Compensação Ambiental uma vez destinados pela CCA em favor das Unidades de Conservação⁶.

⁶ Por ordem de acontecimentos: **Decreto Estadual nº. 129/2019** (maio), que regulamenta o art. 6º-U da Lei Estadual nº 5.752 e o parágrafo único do art. 7º da Lei Estadual nº 8.633/2018, incluindo a nova composição de membros da CCA e a criação da Comissão Técnica Interinstitucional para a Compensação Ambiental (CTCA), órgão subsidiário à tomada de decisão da CCA/PA; **Portaria SEMAS nº. 1.145/2019** (julho), que estabelece o novo Regimento Interno da CCA/PA; **Portaria SEMAS nº. 1.363/2019** (setembro), que designa membros da CTCA; **Portaria SEMAS nº. 1.364/2019** (setembro), que designa os membros da Secretaria Executiva da CCA/PA; **Portaria SEMAS nº. 1.365/2019** (setembro), que designa os atuais representantes dos membros da CCA/PA; **Instrução Normativa SEMAS nº. 002/2020**, que “estabelece os procedimentos e o fluxo administrativo para a operacionalização e o cumprimento da compensação ambiental (...) no Estado do Pará”.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

Figura 1: Fluxograma Simplificado de Atendimento da Compensação Ambiental. Fonte: SEMAS, [Instrução Normativa n°. 02/2020](#), aprovada durante a 17ª R.O. da CCA/PA (Out/2020).



2.3. Principais Empreendimentos Geradores de Compensação Ambiental via Estado do Pará

Como parte dos esforços que envolvem a organização da Compensação Ambiental na agenda de Governo, foram elaboradas **Fichas Técnicas dos Empreendimentos geradores de Compensação Ambiental via Estado do Pará**. O objetivo principal destes produtos é apresentar, de modo sintético e acessível, os dados gerais dos empreendimentos e os principais desdobramentos do ciclo do Projeto no Estado, incluindo sua destinação e volume aplicado por ano. Nesta 1ª edição, foram levantadas **31 (trinta e uma) Fichas Técnicas de Empreendimentos**, conforme **Tabela 5**:

Tabela 5: Fontes atuais de Compensação Ambiental no Estado do Pará. (Fonte: SECEX/CCA-PA, 2021).

Nº.	Empreendimentos
1	Votorantim Cimentos Primavera
2	HBSA TUP Misto Vila do Conde
3	Eletronorte - Eclusas de Tucuruí
4	Eletronorte - Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí
5	Belém - Orla Estrada Nova
6	ATE III - Sistema de Transmissão de Energia Marabá-Carajás
7	ALCOA Mina Juruti
8	Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. - CTR Marituba
9	HBSA - ETC Miritituba
10	Rio Túria - ETC Miritituba
11	Rio Túria - Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena
12	VALE - Projeto de Ferro Serra Leste
13	CIANPORT - ETC Itaituba

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

14	Cargill ETC Itaituba
15	Cargill TPG Santarém
16	MR2 - Alphaville Belém 3
17	Serabi - Mina do Palito
18	MSL Projeto Mina Platô Almeirim
19	Araguaia Níquel - Projeto Araguaia
20	Brazauro Recursos Minerais - Projeto Tocantinzinho
21	LDC - ETC Tapajós
22	Hydro-Alunorte - Mina Bauxita Paragominas
23	Hydro-Alunorte - Mineroduto Paragominas-Barcarena
24	Celba - UTE Novo Tempo
25	Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
26	Vale - Onça Puma
27	Vale - Mina do Sossego
28	Belo Sun - Projeto Volta Grande do Xingu
29	Mineração Caraíba - Projeto Boa Esperança
30	Cevital - TUP e Complexo Agroindustrial Barcarena
31	Chapleau - Projeto Coringa

O cálculo da Compensação Ambiental considera os impactos negativos previstos no EIA/RIMA com base em indicadores de impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado e a [Câmara de Compensação Ambiental \(CCA\)](#) é a instância responsável pela definição e revisão do cálculo da Compensação Ambiental, bem como pela definição de diretrizes para aplicação dos recursos. Dessa forma, cada empreendimento deve destinar um montante de recursos financeiros com base no valor total do empreendimento, o que,

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

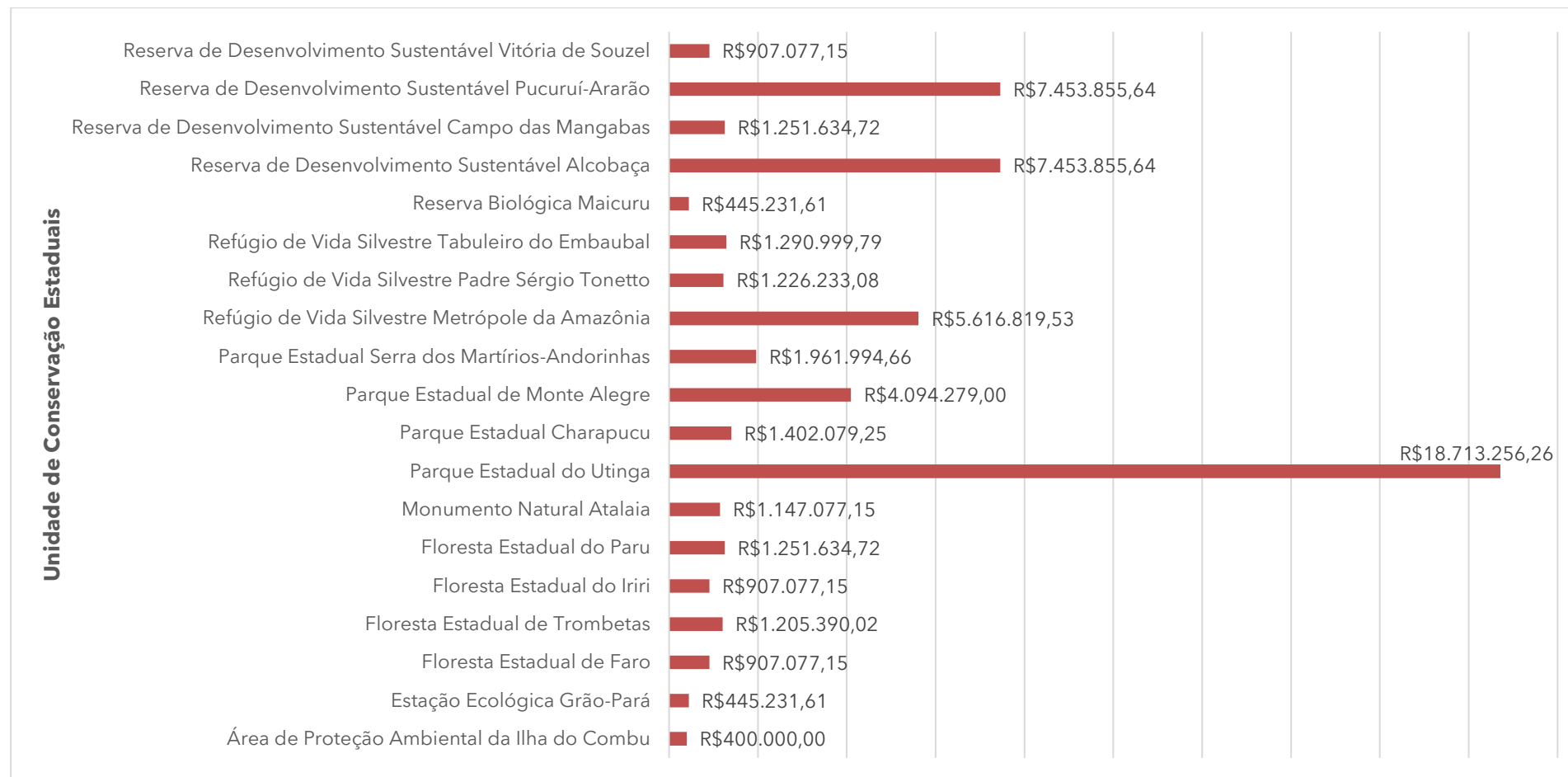
para o Estado do Pará, gerou um total de **R\$ 167.634.095,61** para o período entre 2008 e 2020.

À exceção dos recursos da fonte ALCOA Mina Juruti⁷, o **Gráfico 1** apresenta o volume de destinações de CA para cada Unidade de Conservação elegível. Pode-se constatar que houve, no passado, um conjunto expressivo de destinações em favor do **Parque Estadual do Utinga**, que geraram, naquele contexto, uma diferença considerável no montante de CA destinado, em comparação às demais Unidades de Conservação. Essa informação é emblemática pois demonstra o quão importante é que a Administração Pública dote-se de instâncias de planejamento financeiro nas instituições que tratam do tema Compensação Ambiental, com o objetivo principal de buscar um equilíbrio de destinações conforme as demandas e os graus de implementação das UCs, mirando o que chamamos de **Sustentabilidade Financeira**.

⁷ Isto se deve ao fato de que o recurso teve destinações gerais, para cobertura de custos de contratos administrativos que serviam a todas as UCs elegíveis, sendo difícil, portanto, mensurar com exatidão as parcelas de CA aplicadas em favor de cada UC.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

Gráfico 1: Investimentos de Compensação Ambiental por Unidades de Conservação para o Período 2012-2020.

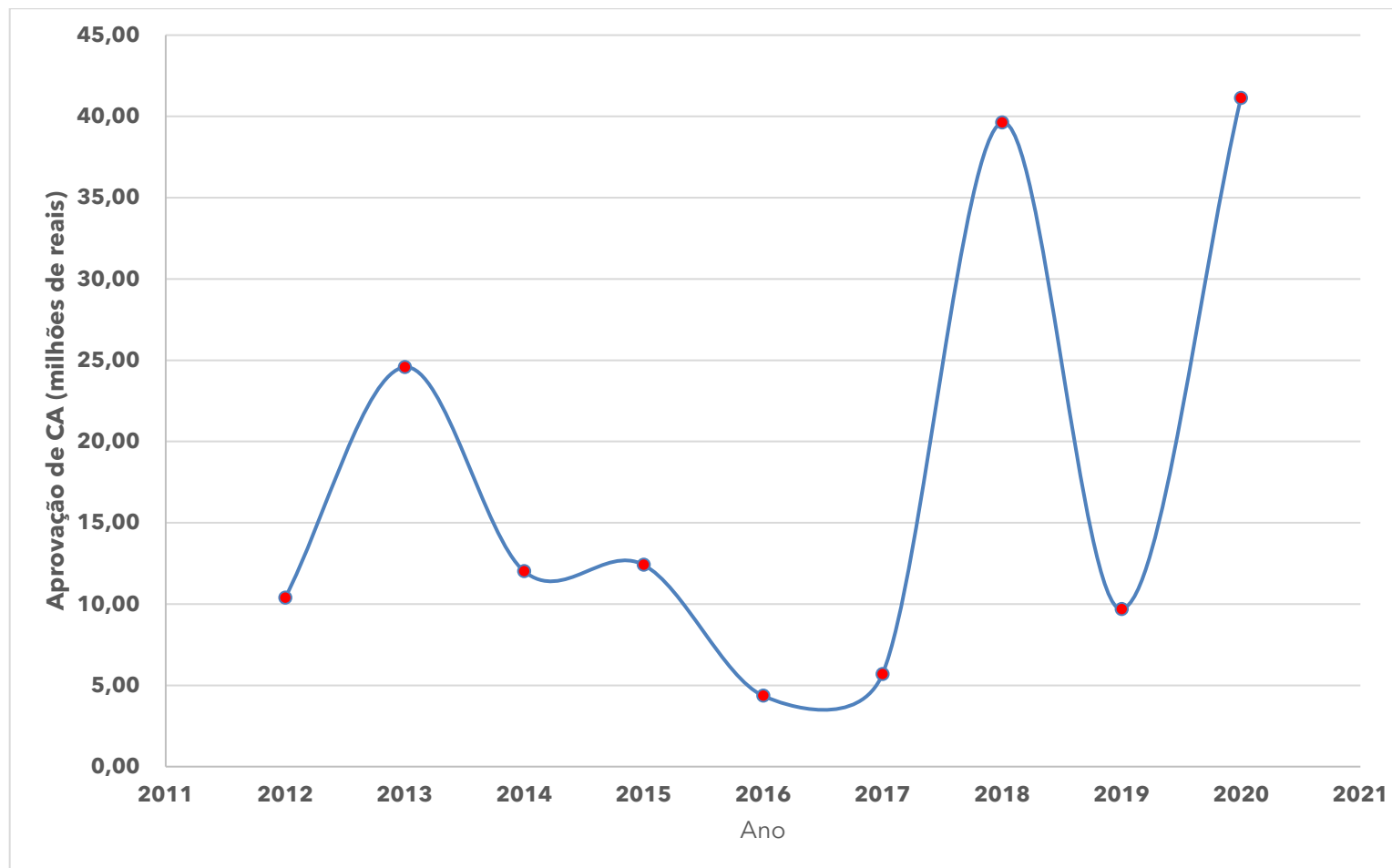


SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

As destinações para as UCs, cujos valores foram devidamente acordados em Termos de Compromisso e respectivos Planos de Trabalho (onde se detalham a aplicação dos recursos) podem ser visualizadas no **Gráfico 2**. Nele, é possível verificar uma descontinuidade do ritmo de destinações com o passar dos anos, o que pela experiência vivida se deve, em parte, pela rotatividade na Administração Pública e, com isso, a variação do senso de prioridade sobre o assunto, conforme a percepção do gestor; e, em outra parte, deriva das deficiências na estruturação de agenda, como a falta de equipe permanente designada para o secretariado da CCA, a constituição de um Regimento Interno no passado e a própria estrutura organizacional das instituições envolvidas, que embora historicamente disponham de técnicos(as) qualificados(as) para o desenvolvimento da agenda, indispunham de instâncias, setores e metas específicas para este tipo de trabalho.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

Gráfico 2: Evolução das Destinações de Compensação Ambiental no Período de 2012-2020.



Durante o ano de 2019, o Pará contabilizou significativos avanços em termos de estruturação da CCA/PA, a Secretaria Executiva foi oficialmente designada (Decreto Estadual nº. 129/2019) e o Regimento Interno foi atualizado (Portaria SEMAS nº. 1.145/2019), bem como os membros da Câmara Técnica de Compensação Ambiental foram nomeados (Portaria SEMAS nº. 1.364/2019), os membros da Câmara de Compensação Ambiental foram atualizados (Portaria SEMAS nº. 1.365/2019) e os Procedimento e Fluxos normatizados (Instrução Normativa SEMAS nº. 002/2020). Esses avanços estruturais possibilitaram um novo incremento de destinação e redestinação de recursos de compensação, a exemplo dos empreendimentos LT Marabá-Itacaiúnas, da empresa ATE III, LDC ETC Tapajós, da empresa Louis Dreyfus Company (LDC), Mina Bauxita Paragominas, da empresa Hydro e UTE Novo Tempo Barcarena, da empresa Centrais Elétricas de Barcarena (CELBA), os quais viabilizaram a aprovação de R\$ 50,8 milhões em favor da implementação de Unidades de Conservação geridas pelo IDEFLOR-Bio, retornando ao patamar atingido em 2018. A diferença de desempenho da CCA/PA e de suas instâncias vinculadas (SECEX e CTCA) entre 2019 e 2020 é bastante perceptível. O acréscimo de performance superior a 300% em 2020, comparado ao ano anterior, demonstra os efeitos da reestruturação que precisou ser iniciada naquele ano, ao mesmo tempo em que também inspira a possibilidade de maiores entregas nos anos subsequentes.

Além das destinações para a gestão das unidades de conservação estaduais, os recursos da CA podem financiar criação de UCs estaduais e municipais, bem como projetos institucionais (**Tabela 6**).

Tabela 6: Investimentos (em R\$) provenientes dos recursos de Compensação Ambiental no Estado do Pará em Processos de Criação de UCs, UCs Federais e Projetos ligados à Biodiversidade.

Projetos/UCs Federais/Processos de Criação de UC	Montante Destinado	Fonte (empreendimento)
Protocolo de Ecoturismos e Boas Práticas de Manejo	R\$ 120.650,00	MSL Projeto Mina Platô Almeirim

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção - Flora	R\$ 66.375,00	MSL Projeto Mina Platô Almeirim
Apoio a processos de criação de UCs municipais	R\$ 56.285,00	MSL Projeto Mina Platô Almeirim
Processo de criação de UCs Zona Costeira/Mar Territorial	R\$ 47.190,00	MSL Projeto Mina Platô Almeirim
Atualização da lista de espécies ameaçada de extinção - Flora	R\$ 720.000,00	Celba - UTE Novo Tempo
Área de Proteção Ambiental (APA) Tapajós	R\$ 1.458.069,76	Brazauro - Projeto Tocantinzinho
Parque Nacional do Jamanxim	R\$ 1.458.069,76	Brazauro - Projeto Tocantinzinho
Criação de UCs	R\$ 196.642,50	MR2 - Alphaville Belém 3
Complexo Cetras - Bioparque	R\$ 24.118.460,15	Hydro-Alunorte - Mina Bauxita Paragominas
Projeto de Reintrodução das Ararajubas (1ª Etapa)	R\$ 648.355,60	ALCOA Mina Juruti
Projeto de Reintrodução das Ararajubas (2ª Etapa)	R\$ 864.385,99	Araguaia Níquel - Projeto Araguaia
Sistema de Gestão de Compensação Ambiental para o Ideflor-Bio	R\$ 1.399.511,81	HBSA TUP Misto Vila do Conde
Aquisição de Aeronave	R\$ 2.090.000,00	Votorantim Cimentos Primavera

Das fontes listadas na **Tabela 5**, os empreendimentos da Belo Sun e Mineração Caraíba não executaram a compensação ambiental, pois se encontram com o processo de licenciamento suspenso e indeferido, respectivamente. As demais fontes possuem Termo de Compromisso da Compensação Ambiental - TCCA celebrados ou a serem celebrados. Com base na análise das Fichas Técnicas, foi elaborado um demonstrativo de investimento dos recursos de Compensação Ambiental aprovados pela CCA e os respectivos empreendimentos para cada Unidade de Conservação Estadual, conforme ilustrado na **Tabela 7**.

Tabela 7: Distribuição de fontes de Compensação Ambiental por Unidade de Conservação.

Nº.	Unidades de Conservação Estaduais	Montante Destinado	Fontes vinculadas:
1	Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu	R\$ 400.000,00	Belém - Orla Estrada Nova
2	Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia	R\$ 5.616.819,53	Votorantim Cimentos Primavera HBSA TUP Misto Vila do Conde Guamá CTRS Marituba HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Cargill TPG Santarém Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba UTE Novo Tempo Vale Dourado Proj. Pedra Branca
3	Parque Estadual do Utinga	R\$ 18.713.256,26	Votorantim Cimentos Primavera ATE III - STE Marabá-Carajás HBSA ETC Miritituba Rio Túria - ETC Miritituba Rio Túria - TPG Barcarena VALE - Projeto de Ferro Serra Leste Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito Araguaia Níquel - Proj. Araguaia Brazauro - Projeto Tocantinzinho LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Proj. Pedra Branca
4	Parque Estadual de Monte Alegre	R\$ 4.094.279,00	Votorantim Cimentos Primavera HBSA TUP Misto Vila do Conde HBSA ETC Miritituba Rio Túria - ETC Miritituba CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Cargill TPG Santarém

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

			Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
5	Floresta Estadual de Faro	R\$ 907.077,15	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
6	Floresta Estadual do Paru	R\$ 1.251.634,72	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
7	Floresta Estadual de Trombetas	R\$ 1.205.390,02	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
8	Estação Ecológica Grão-Pará	R\$ 445.231,61	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Rio Túria - ETC Miritituba CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós
9	Reserva Biológica Maicuru	R\$ 445.231,61	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Rio Túria - ETC Miritituba

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

			CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós
10	Floresta Estadual do Iriri	R\$ 907.077,15	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
11	Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal	R\$ 1.290.999,79	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
12	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souza	R\$ 907.077,15	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
13	Parque Estadual Charapucu	R\$ 1.402.079,25	Votorantim Cimentos Primavera HBSA TUP Misto Vila do Conde HBSA ETC Miritituba Rio Túria - ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição

14	Monumento Natural Atalaia	R\$ 1.147.077,15	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
15	Refúgio de Vida Silvestre Padre Sérgio Tonetto	R\$ 1.226.233,08	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Rio Túria - ETC Miritituba CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
16	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas	R\$ 1.251.634,72	Votorantim Cimentos Primavera HBSA ETC Miritituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
17	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça	R\$ 7.453.855,64	Eletronorte - Eclusas de Tucuruí Eletronorte -UHE Tucuruí Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
18	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão	R\$ 7.453.855,64	Eletronorte - Eclusas de Tucuruí Eletronorte -UHE Tucuruí Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
19	Parque Estadual Serra dos Martírios-Andorinhas	R\$ 1.961.994,66	Votorantim Cimentos Primavera HBSA TUP Misto Vila do Conde HBSA ETC Miritituba CIANPORT - ETC Itaituba Cargill ETC Itaituba Serabi - Mina do Palito LDC - ETC Tapajós

			Celba - UTE Novo Tempo Vale Dourado - Projeto Pedra Branca
--	--	--	---

2.4. Equipe Dedicada e Transparência de Dados

Entre 2012 e 2020, a SEMAS e o IDEFLOR-Bio foram submetidos a um conjunto de [Auditorias de Controle Externo executadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE/PA](#). Dentre os vários achados deste controle jurisdicional, destacam-se 2 pontos, nos últimos 2 anos fortalecidos pela atual administração: (i) a reestruturação e a designação de equipe dedicada para a condução da Compensação Ambiental no Pará e (ii) a necessidade de promover elementos de Transparência Pública acerca do assunto.

Para o primeiro, o Governo do Estado avançou em 2 (duas) revisões no campo estruturante que foram essenciais:

- **Reestruturação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CCA-PA)**, através do [Decreto Estadual nº. 129, de 29 de maio de 2019](#). A elaboração deste ato normativo contou com a participação ativa da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (DPC) e do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da SEMAS, da Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação (DGMUC), do IDEFLOR-Bio, além da Procuradoria Fundiária, Ambiental e Minerária (PFAM) da Procuradoria Geral do Estado (PGE), além da priorização do tema pela Administração Estadual, que lançou o decreto dentro dos primeiros 150 dias de mandato.

- **Novo Regimento Interno (RI) da CCA-PA**, através da [Portaria SEMAS nº. 1.145, de 30 de julho de 2019](#), que em caráter complementar ao Decreto governamental - o qual, por sua vez, fixara prazo regulamentar de 60 (sessenta) dias para a edição de novo RI - estabeleceu nova mecânica de funcionamento ao Colegiado, com vistas a retomar a eficácia e tornar mais céleres e seguros os trabalhos desta instância deliberativa, fortalecendo a agenda de Unidades de Conservação do Estado.

Estes avanços no campo estrutural permitiram que a SEMAS, juntamente com os demais órgãos parceiros, pudessem avançar efetiva e simultaneamente nos 3 níveis de política pública, a saber:

- **Nível Tático-Operacional**: designação da **Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental do Pará** (SECEX/CCA-PA), através da [Portaria SEMAS nº. 1.364, de 02 de setembro de 2019](#), vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado e com tempo dedicado para o exercício das funções determinadas em Regimento interno. À primeira vista, parece uma medida administrativa simples, mas tem alta relevância e não havia sido implementada em Administrações anteriores;
- **Nível Técnico-Consultivo**: designação da Comissão Técnica Interinstitucional para a Compensação Ambiental (CTCA), através da [Portaria SEMAS nº. 1.363, de 02 de setembro de 2019](#), órgão subsidiário ao Colegiado da Câmara
- **Nível Estratégico-Deliberativo**: instituição da nova estrutura da Câmara de Compensação Ambiental, tendo como membros a Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) e a própria SEMAS, que a preside.

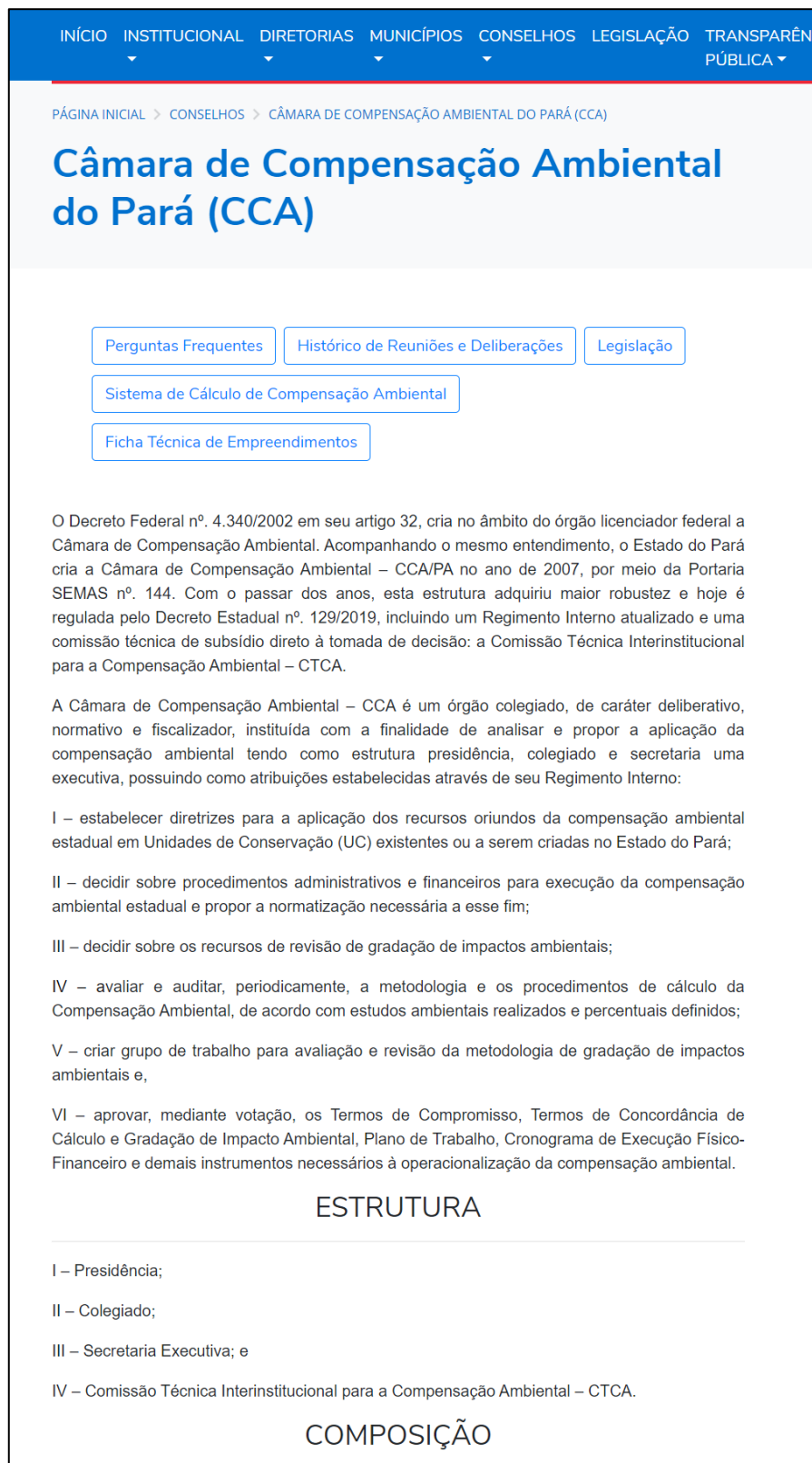
Nos últimos 2 anos, importa também destacar outra relevante entrega à sociedade: o lançamento do [ambiente virtual da Compensação Ambiental no Pará](#), localizada no sítio eletrônico oficial da Semas, em que cinco botões principais fornecem um “cardápio” de consulta ao usuário:

- **Perguntas Frequentes (FAQ)**, com a intenção de realizar um nivelamento sobre aspectos básicos da Compensação Ambiental para pesquisadores, gestores, estudantes e público em geral;
- **Histórico de Reuniões e Deliberações**, espaço que resume as principais pautas, deliberações e documentos de interesse público para tornar transparente e acessível a memória de funcionamento da Câmara de Compensação Ambiental (CCA);

- **Legislação**, que tem por objetivo reunir num só espaço todo o regramento válido para a Compensação Ambiental nos níveis federal e, sobretudo, estadual;
- **Sistema de Cálculo de Compensação Ambiental (SC²A)**, que hospeda uma aplicação digital de interesse do empreendedor e da equipe técnica de licenciamento ambiental. Com o funcionamento deste sistema, foi possível informatizar em grande parte o processo de análise do empreendimento e estabelecer os valores de Compensação Ambiental, agilizando o fluxo de CA e evitando retrocessos no decorrer do processo, graças à assinatura do Termo de Concordância de Compensação Ambiental, gerado com base no Sistema; e
- **Ficha Técnica de Empreendimentos**, que apresenta resumidamente quais os empreendimentos que geraram/geram Compensação Ambiental em benefício de UCs no Pará e o status corrente de aplicação. Atualmente em construção esta frente de trabalho deu origem ao documento "**Compensação Ambiental no Pará - Catálogo de Empreendimentos de Significativo Impacto - 1ª Edição**".

Embora a transparência pública tenha invariavelmente como desafio o contínuo aprimoramento dos meios de comunicação e abordagens adequadas ao usuário, hoje qualquer cidadão pode ter acesso aos dados básicos de Compensação Ambiental no Pará e acompanhar as atividades desenvolvidas pela CCA-PA e suas estruturas vinculadas.

Figura 2: Ambiente virtual da Compensação Ambiental no Sítio Eletrônico Oficial da SEMAS.



A seguir tem-se apresentadas as **Fichas Técnicas dos 31 principais empreendimentos de significativo impacto ambiental que geraram recursos de compensação ambiental a partir de licenciamentos estaduais efetivados pela SEMAS ao longo dos últimos anos**. As Fichas Técnicas são subdivididas em seções de (1) dados gerais do empreendedor, (2) dados do processo, (3) dados das Unidades de Conservação beneficiárias, bem como (4) dados operacionais e de execução de recursos financeiros de cada fonte.

Importante destacar que a proposta de construção de Fichas Técnicas tem como premissa a necessidade de atualizações periódicas, o que faz delas instrumentos que refletem o status atual, não-definitivo, destes empreendimentos em relação à obrigação de execução de Compensação Ambiental que lhes é característica comum.

3.FICHAS TÉCNICAS DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO NO ESTADO DO PARÁ

3.1. Empreendimento "Votorantim Cimentos Primavera"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Votorantim Cimentos N/NE S/A
	Empreendimento:	Projeto Primavera
	Descrição da Atividade:	Lavra de calcário e fábrica de cimento
	Município-sede do empreendimento:	Primavera
	Localização:	Rodovia PA-446, Km 02. Fazenda Santa Júlia Sanjagro
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2012
	Nº do Processo Fase Prévia:	2010/33750
	Nº do Processo Fase Instalação:	2012/14140 (fábrica)
		2012/14137 (extração de calcário)
	Nº do Processo Fase Operação:	2016/29438
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 16-76)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	390.000.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	3.362.751,41
	Grau de Impacto (%):	0,8622
	Internalizado em conta pública em:	06/05/2013
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	TCCA:	01/2013, celebrado em 04/2013.
	UCs beneficiadas:	RESEX Marinha de Tracuateua (Federal)
	Redestinação do Recurso	RESEX Marinha de Tracuateua (Federal)
		PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		ESEC Grão Pará
		REBIO Maicuru
		REVIS Padre Tonetto
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		RDS Vitória do Souzel
		RDS Campo das Mangabas
		FLOTA Iri
		FLOTA Paru

		FLOTA Trombeta
		FLOTA Faro
	Menção em pautas da CCA:	6ª RO (29/08/2013)
		13ª RO (22/03/2016)
		12ª RE (05/04/2017)
		15ª RE (19/09/2019)
		16ª RE (05/12/2019)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 02/2021)	Em execução
	Modalidade de Execução	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	2.090.634,31
	Execução Ano 2018 (R\$):	1.372,62
	Execução Ano 2019 (R\$):	516.080,40
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.2. Empreendimento "HBSA TUP Vila do Conde" (incluindo ampliação)		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Hidroviás do Brasil S.A.
	Empreendimento:	TUP Vila do Conde
	Descrição da Atividade:	Terminal de Uso Privado Misto de Vila do Conde
	Município-sede:	Barcarena
	Localização:	Área do porto organizado de Vila do Conde
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2013 (inicial)
		2019 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Prévia:	2012/10005 (inicial)
		2015/23945 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Instalação:	2013/7787 (inicial)
		2015/48772 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Operação:	2015/23945 (inicial)
		Ainda não há
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (pág. 23-27) (inicial)
		RCA complementar (ampliação)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	448.769.223,00 (inicial)
		Em análise (ampliação)
	Valor Final da Compensação Ambiental:	R\$ 3.434.136,84 (inicial)
		Em análise (ampliação)
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas com recursos da etapa inicial :	PE Monte Alegre
		PE Charapucu
		REVIS Metrópole da Amazônia
		PE Serra dos Martírios-Andorinhas
	Redestinação de recursos da etapa inicial :	Projeto - Sistema de Gestão dos Recursos de CA
		REVIS Metrópole da Amazônia
		UCs estaduais de Proteção Integral e Uso Sustentável
	Menção em pautas da CCA para recursos da etapa inicial :	8ª RO (25/03/2014)
		15ª RO (06/06/2018)
		15ª RE (19/09/2019)
		16ª RE (05/12/2019)
	Internalizado em conta pública em:	1ª parcela: 04/09/2013; 2ª parcela: 30/09/2013; 3ª parcela: 29/10/2013. (parcelas de igual valor: R\$ 1.144.712,28)
	TCCA:	S/nº., celebrado em 26/06/2013 (inicial)
		A ser celebrado (ampliação)

Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental de recursos da etapa inicial: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	537.368,96
	Execução Ano 2018 (R\$):	921.613,70
	Execução Ano 2019 (R\$):	348.327,88
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.3. Empreendimento "Eletronorte Eclusas de Tucuruí"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
	Empreendimento:	Eletronorte Eclusas de Tucuruí
	Descrição da Atividade:	Sistema de Transposição do Desnível da UHE Tucuruí
	Município-sede do empreendimento:	Tucuruí
	Localização:	Rodovia BR-422, Km 13, s/nº.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	1998
	Nº do Processo Fase Prévia:	1998/98165
	Nº do Processo Fase Instalação:	1999/131577 e 2000/142976
	Nº do Processo Fase Operação:	2010/2305
	Áreas de Influência do Empreendimento:	não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	39.150.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	4.267.959,00
	Grau de Impacto (%):	0,7
	Internalizado em conta pública em:	08/11/2013
	TCCA:	02/2013, celebrado em 31/10/2013
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	APA Lago de Tucuruí
		RDS Alcobaça
		RDS Pucuruí-Ararão
	Menção em pautas da CCA:	5ª RO (04 e 10/06/2013)
		11ª RE (12/05/2016)
		14ª RO (03/04/2018)
		16ª RO (17/03/2020)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	77.603,71
	Execução Ano 2018 (R\$):	403.192,74
	Execução Ano 2019 (R\$):	505.275,15
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.4. Empreendimento "Eletronorte - Usina Hidrelétrica de Tucuruí"

Dados Gerais:	Empreendedor:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
	Empreendimento:	Eletronorte Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHE Tucuruí
	Descrição da Atividade:	Usina Hidrelétrica
	Município-sede do empreendimento:	Tucuruí
	Localização:	Rodovia BR-422, Km 13, s/nº.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Prévia:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Instalação:	1997/48252
	Nº do Processo Fase Operação:	2013/8219
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	Não localizado
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	7.454.896,00
	Grau de Impacto (%):	0,5
	Internalizado em conta pública em:	29/11/2013
	TCCA:	03/2013, celebrado em 01/11/2013
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	APA Lago de Tucuruí
		RDS Alcobaça
		RDS Pucuruí-Ararão
	Menção em pautas da CCA:	5ª RO (04 e 10/06/2013)
		11ª RE (12/05/2016)
		14ª RO (03/04/2018)
		14ª RE (19/04/2018)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	438.674,38
	Execução Ano 2018 (R\$):	1.066.052,66
	Execução Ano 2019 (R\$):	205.109,49
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.5. Empreendimento "Belém Orla Estrada Nova"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Prefeitura Municipal de Belém
	Empreendimento:	Projeto Orla da Estrada Nova
	Descrição da Atividade:	Cais/muro de arrimo ou contenção com urbanização
	Município-sede:	Belém
	Localização:	Orla da Estrada Nova, entre a Rua dos Mundurucus e Av. Fernando Guilhon, Belém - PA.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2006
	Nº do Processo Fase Prévia:	2006/215083
	Nº do Processo Fase Instalação:	2007/275333
	Nº do Processo Fase Operação:	2007/27533
	Áreas de Influência do empreendimento:	RIMA (págs. 18-36)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	76.471.564,71
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$):	382.357,00
	Grau de Impacto (%):	0,5
	Internalizado em conta pública em:	12/2008
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	TCCA:	<i>Não localizado</i>
	UCs beneficiadas:	APA Ilha do Combu
	Menção em pautas da CCA:	9ª RE (31/08/2015)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	128,85
	Execução Ano 2018 (R\$):	309,73
	Execução Ano 2019 (R\$):	309,73
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.6. Empreendimento "ATE III - STE Marabá/Carajás"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	ATE III Transmissora de Energia S/A
	Empreendimento:	Sistema de Transmissão de Energia Marabá/Carajás
	Descrição da Atividade:	Linha de Transmissão de Energia
	Município-sede do empreendimento:	Marabá
	Localização:	Trecho Marabá-Serra dos Carajás
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Prévia:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Instalação:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Operação:	2014/16762
	Áreas de Influência do	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	252.348.600,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	1.261.743,00
	Grau de Impacto (%):	0,5
	Internalizado em conta pública em:	21/12/2009
	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental	s/n, celebrado em 07/12/2007
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
	Menção em pautas da CCA:	3ª RO (04/05/2012)
		10ª RE (24/02/2016)
		15ª RE (19/09/2019)
		16ª RE (05/12/2019)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	Direta, pelo empreendedor até final do ano de 2009. Atualmente indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	163,83
	Execução Ano 2018 (R\$):	389,11
	Execução Ano 2019 (R\$):	--
	Execução Ano 2020 (R\$):	--

3.7. Empreendimento "Alcoa Mina Juruti"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Alcoa World Alumina Brasil Ltda.
	Empreendimento:	Mina Juruti
	Descrição da Atividade:	Extração e beneficiamento de minério de bauxita
	Município-sede:	Juruti
	Localização:	Enseada do Lago Grande de Juruti, s/nº, Bairro: Porto Capiranga - Juruti/PA
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2005
	Nº do Processo Fase Prévia:	2005/11248
	Nº do Processo Fase Instalação:	2005/210546
	Nº do Processo Fase Operação:	2007/297488 (LI nº 3787/2009)
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA - Projeto Juruti
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	2.905.231.624,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	45.777.760,00
	Grau de Impacto (%):	1,5757
	Internalizado em conta pública em:	Jan/Fev 2008 - Jan/Jun 2009
	TCCA:	02/2007, celebrado em 21/12/2007
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		ESEC Grão Pará
		REBIO Maicuru
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
	Menção em pautas da CCA:	4ª RE (20/01/2014 e 03/02/2014)
		7ª RE (09/03/2015)
		9ª RE (31/08/2015)
		14ª RO (03/04/2018)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	3.485.209,20
	Execução Ano 2018 (R\$):	1.344.492,93

	Execução Ano 2019 (R\$):	Pendente dado de prestação de contas
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.8. Empreendimento "Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. - CTRS Marituba"

Dados Gerais:	Empreendedor:	Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda
	Empreendimento:	Central de Tratamento e Processamento de Resíduos Sólidos Classe II
	Descrição da Atividade:	Tratamento e processamento de resíduos sólidos
	Município-sede do empreendimento:	Marituba
	Localização:	Fazenda Santa Lúcia s/nº.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2012
	Nº do Processo Fase Prévia:	2010/31087
	Nº do Processo Fase Instalação:	2012/36649
	Nº do Processo Fase Operação:	2015/10803
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 36-41)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	51.784.589,47
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	335.942,03
	Grau de Impacto (%):	0,65
	Internalizado em conta pública em:	12/11/2013
	TCCA:	04/2013, celebrado em 24/09/2013
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	REVIS Metrópole da Amazônia
	Menção em pautas da CCA:	3ª RE (09/10/2013)
		7ª RO (09/12/2013)
		16ª RE (05/12/2019)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	52.891,94
	Execução Ano 2018 (R\$):	52.673,17
	Execução Ano 2019 (R\$):	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.9. Empreendimento "HBSA- ETC Miritituba"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Hidroviás do Brasil Miritituba S/A.
	Empreendimento:	ETC Miritituba (Tapajós)
	Descrição da Atividade:	Estação de Transbordo de Cargas
	Município-sede do empreendimento:	Itaituba
	Localização:	Miritituba, distrito de Itaituba.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2013
	Nº do Processo Fase Prévia:	2012/16133
	Nº do Processo Fase Instalação:	2013/18296
	Nº do Processo Fase Operação:	2015/24000
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 23-26)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	172.867.561,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	1.078.174,98
	Grau de Impacto (%):	0,6237
	Internalizado em conta pública em:	1ª parcela: 13/02/2014; 2ª parcela: 13/03/2014; 3ª parcela: 14/04/2014 (parcelas iguais de R\$ 359.391,66)
	TCCA:	08/2013, celebrado em 13/12/2013.
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
		REVIS Metrópole da Amazônia
	Redesignação	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		ESEC Grão Pará
		REBIO Maicuru
		RDS Campo das Mangabas
		RDS Vitória do Souzel
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		FLOTA Iri
		FLOTA Paru
		FLOTA Trombetas
		FLOTA Faro

Dados operacionais e de execução:	Menção em pautas da CCA:	14ª RO (03/04/2018)
		18ª RE (03/06/2020)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	338,20
	Execução Ano 2018 (R\$):	1.101.864,93
	Execução Ano 2019 (R\$):	149.857,60
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.

3.10. Empreendimento "Rio Túria - ETC Miritituba"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Rio Túria Serviços Logísticos Ltda
	Empreendimento:	Estação de Transbordo de Cargas - ETC Miritituba
	Descrição da Atividade:	Estação de Transbordo de Cargas
	Município-sede do empreendimento:	Itaituba
	Localização:	Lote 0108, Gleba Santa Cruz, distrito Miritituba.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2012
	Nº do Processo Fase Prévia:	2011/16300
	Nº do Processo Fase Instalação:	2012/17355
	Nº do Processo Fase Operação:	2014/00602
	Áreas de Influência do empreendimento:	RIMA (págs. 73-77)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	76.607.287,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	488.500,76
	Grau de Impacto (%):	0,6377
	Internalizado em conta pública em:	13/04/2014
	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental	07/2013, celebrado em 31/01/2014
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	FLOTA Iri
	Redestinação	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Charapucu
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		ESEC Grão Pará
		REBIO Maicuru
	Menção em pautas da CCA:	6ª RO (29/08/2013)
		7ª RO (09/12/2013)
		14ª RO (03/04/2018)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	154,01
	Execução Ano 2018 (R\$):	365,27
	Execução Ano 2019 (R\$):	25.687,44

	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio.
--	--------------------------	-------------------------------------

3.11. Empreendimento " Rio Túria - TPG Barcarena "		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Rio Túria Serviços Logísticos Ltda.
	Empreendimento:	Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena
	Descrição da Atividade:	Terminal Portuário Graneleiro
	Município-sede do empreendimento:	Barcarena
	Localização:	Ponta do Miritizal, na Vila Itupanema, margem direita do Rio Pará
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2005
	Nº do Processo Fase Prévia:	2004/315888
	Nº do Processo Fase Instalação:	2005/263358 e 2006/286120
	Nº do Processo Fase Operação:	2013/25361
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 25-30)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	144.753.515,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	1.431.055,03
	Grau de Impacto (%):	1,0007
	Internalizado em conta pública em:	1ª parcela: 23/05/2014; 2ª parcela: 25/06/2014; 3ª parcela: 08/08/2014. (parcelas de igual valor: R\$ 477.018,34)
	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental	09/2014, celebrado em 25 de março de 2014
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PEUt
	Menção em pautas da CCA:	12ª RO (09/09/2015)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Executado
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	13,28
	Execução Ano 2018 (R\$):	1.874.980,95
	Execução Ano 2019 (R\$):	-

3.12. Empreendimento "VALE - Projeto Serra Leste" - Com ampliação 10 MTPA		
Dados Gerais:	Empreendedor:	VALE S/A
	Empreendimento:	VALE S/A - Projeto Serra Leste (inicial)
		VALE S/A - Projeto Serra Leste 10 MTPA (ampliação)
	Descrição da Atividade:	Extração de Minério de Ferro
	Município-sede do empreendimento:	Curionópolis
	Localização:	Estrada de acesso a Serra Pelada, Km 28.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2009 (inicial)
		2020 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Prévia:	2006/385422 (inicial)
		2016/23911 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Instalação:	2009/25763 e 2010/21461 (inicial)
		2020/16834 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Operação:	2013/24427 (inicial)
		Ainda não há
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (pág. 39-42) (inicial)
		RIMA (pág. 20-32) (ampliação)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	599.194.931,49 (inicial)
		209.751.070,32 (ampliação)
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	2.841.408,97 (inicial)
		1.215.990,46 (ampliação)
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas com recursos da etapa inicial :	PE Utinga
		PE Utinga (Programa RF)
	Menção em pautas da CCA com recursos da etapa inicial :	7ª RE (09/03/2015)
		13ª RE (07/06/2017)
	Redestinação de recursos da etapa inicial :	Em execução
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	821,73 (inicial)
	Execução Ano 2018 (R\$):	3.120.492,40 (inicial)
	Execução Ano 2019 (R\$):	73.311,11 (inicial)

3.13. Empreendimento "CIANPORT - ETC Itaituba"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Cia. Norte de Navegação e Portos - CIANPORT
	Empreendimento:	ETC Itaituba
	Descrição da Atividade:	Estação de Transbordo de Cargas
	Município-sede:	Itaituba
	Localização:	Distrito de Miritituba, s/nº.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2013
	Nº do Processo Fase Prévia:	2012/29062
	Nº do Processo Fase Instalação:	2013/39222
	Nº do Processo Fase Operação:	2016/33691
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 19-24)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	42.000.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	266.191,36
	Grau de Impacto (%):	0,6338
	Internalizado em conta pública em:	06/01/2015
	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental	11/2014, celebrado em 29/07/2014.
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	FLOTA Iriri
	Redestinação:	PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Monte Alegre
		REVIS Padre Tonetto
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		ESEC Grão-Pará
		REBIO Maicuru
		FLOTA Trombetas
	Menção em pautas da CCA:	8ª RO (25/03/2014)
		14ª RO (03/04/2018)
		18ª RE (03/06/2020)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	72,9
	Execução Ano 2018 (R\$):	24.908,28
	Execução Ano 2019 (R\$):	27.000,00

3.14. Empreendimento "Cargill ETC Itaituba"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Cargill Agrícola S/A
	Empreendimento:	ETC Itaituba
	Descrição da Atividade:	Estação de Transbordo de Cargas
	Município-sede:	Itaituba
	Localização:	Zona Comercial, Industrial e Portuária de Miritituba
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2014
	Nº do Processo Fase Prévia:	2013/7223
	Nº do Processo Fase Instalação:	2014/23008
	Nº do Processo Fase Operação:	2016/27629
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 15-17)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	163.200.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	1.010.428,45
	Grau de Impacto (%):	0,6191
	Internalizado em conta pública em:	06/02/2015
	TCCA:	16/2014, celebrado em 20/11/2014
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	Estudos para criação de novas Unidades de Conservação
	Redestinação	PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Monte Alegre
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		ESEC Grão-Pará
		REBIO Maicuru
	Menção em pautas da CCA:	10ª RO (24/09/2014)
		14ª RO (03/04/2018)
		18ª RE (03/06/2020)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	284,86
	Execução Ano 2018 (R\$):	575.352,38
	Execução Ano 2019 (R\$):	412.369,00

3.15. Empreendimento "Cargill TPG Santarém" - Ampliação

Dados Gerais:	Empreendedor:	Cargill Agrícola S/A
	Empreendimento:	Terminal Portuário Graneleiro - Ampliação
	Descrição da Atividade:	Terminal Portuário Graneleiro
	Município-sede do empreendimento:	Santarém
	Localização:	Avenida Cuiabá, Lote 04 s/nº. Bairro Salé.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2000
	Nº do Processo Fase Prévia:	2006/6258
	Nº do Processo Fase Instalação:	2013/28727 (ampliação do Terminal)
	Nº do Processo Fase Operação:	2016/7606
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 14-19)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	253.934.724,37
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	1.848.653,99
	Grau de Impacto (%):	0,728
	Internalizado em conta pública em:	26/05/2014
	TCCA:	10/2014, celebrado em 31/03/2014
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Monte Alegre
		REVIS Metrópole da Amazônia
	Menção em pautas da CCA:	10ª RO (24/09/2014)
		15ª RO (06/06/2018)
		19ª RE (24/08/2020)
		17ª RO (09/10/2020)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	10,00
	Execução Ano 2018 (R\$):	58.997,94
	Execução Ano 2019 (R\$):	-

3.16. Empreendimento "MR2 - Alphaville Belém 3"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	MR2 SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.
	Empreendimento:	Projeto Alphaville Belém 3
	Descrição da Atividade:	Parcelamento e loteamento de solo
	Município-sede:	Belém
	Localização:	Rodovia Jader Barbalho, Km 01, Ilha de Caratateua, Distrito de Outeiro
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2014
	Nº do Processo Fase Prévia:	2012/14597
	Nº do Processo Fase Instalação:	2012/20985
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 9-11)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	34.337.878,99
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$):	196.642,50
	Grau de Impacto (%):	0,5727
	Internalizado em conta pública em:	10/02/2015
	TCCA:	15/2014, celebrado em 30/12/2014
(DGBio)Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	Atividades beneficiadas:	<i>Processos de criação de UCs estaduais (DGBio/IDEFLOR-Bio)</i>
	Menção em pautas da CCA:	10ª RO (24/09/2014)
		11ª RO (10/12/2014)
		15ª RO (06/06/2018)
		18ª RE (03/06/2020)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	57,4
	Execução Ano 2018 (R\$):	14.961,09
	Execução Ano 2019 (R\$):	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	

3.17. Empreendimento "SERABI Mina do Palito"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Serabi Mineração S/A
	Empreendimento:	Serabi Mineração S/A - Mina do Palito
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais Metálicos - Ouro
	Município-sede:	Itaituba
	Localização:	Rodovia Transgarimpeira, s/nº., Km 22.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Prévia:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Instalação:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Operação:	2012/37087
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	Não localizado
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	161.027,19
	Grau de Impacto (%):	0,616065
	Internalizado em conta pública em:	01/04/2016
	TCCA:	18/2015, celebrado em 02/12/2015
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios/Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		ESEC Grão Pará
		REBio Maicuru
		RDS Campo das Mangabas
		REVIS Padre Tonetto
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		RDS Vitória do Souzel
		FLOTA Iriri
		FLOTA Paru
		FLOTA Trombetas
		FLOTA Faro
	Menção em pautas da CCA:	15ª RE (19/09/2019)
		16ª RE (05/12/2019)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	20,23

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição



	Execução Ano 2018 (R\$):	120,00
	Execução Ano 2019 (R\$):	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio

3.18. Empreendimento "MSL Projeto Mina Platô Almeirim"

Dados Gerais:	Empreendedor:	MSL Minerais S/A
	Empreendimento:	Projeto Mina Platô Almeirim
	Descrição da atividade:	Implantação da infraestrutura de apoio a área da mina, beneficiamento e porto relacionadas com as atividades de extração e beneficiamento de bauxita.
	Município-sede:	Almeirim
	Localização:	Estrada de Munguba, s/nº.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	1998
	Nº do Processo Fase Prévia:	1998/31894
	Nº do Processo Fase Instalação:	2013/8383
	Nº do Processo Fase Operação:	Não localizado
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	35.066.760,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	227.177,38
	Grau de Impacto (%):	0,6478
	Internalizado em conta pública em:	Não localizado
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	TCCA:	14/2014, celebrado em 29/12/2014
	Atividades beneficiadas:	Projeto: Criação do Protocolo de Ecoturismo e Boas Práticas de Manejo.
		Desenvolvimento do Projeto de Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção - Flora
		Estudos para criação de UCs municipais
		Apoio a criação da UC estadual Zona Costeira/Mar Territorial
Dados operacionais e de execução:	Menção em pautas da CCA:	15ª RO (06/06/2018)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Em execução
	Modalidade de Execução:	Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2017 (R\$):	65,12
	Execução Ano 2018 (R\$):	19.527,88
	Execução Ano 2019 (R\$):	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	A prestar contas, pelo IDEFLOR-Bio

3.19. Empreendimento "Araguaia Níquel - Projeto Araguaia"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Araguaia Níquel Mineração Ltda.
	Empreendimento:	Araguaia Níquel - Projeto Araguaia
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais Metálicos (níquel)
	Município-sede:	Conceição do Araguaia
	Localização:	Avenida Brasília, s/nº - Setor Capelinha, Conceição do Araguaia - PA.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2016
	Nº do Processo Fase Prévia:	2014/16231
	Nº do Processo Fase Instalação:	2017/30510
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 11-13)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	1.182.128.400,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	9.956.154,61
	Grau de Impacto (%):	0,842223
	Internalizado em conta pública em:	Não houve internalização do recurso
	TCCA:	<i>Pendente de apresentação, pelo IDEFLOR-Bio</i>
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
	Menção em pautas da CCA:	17ª RE (17/12/2019)
		16ª RO (17/03/2020)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	Em execução.
	Modalidade de Execução:	Direta, pelo empreendedor
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.20. Empreendimento "Brazauro - Projeto Tocantinzinho"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Brazauro Recursos Minerais S/A (Eldorado Gold Mining)
	Empreendimento:	Projeto Tocantinzinho
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais metálicos (Ouro/Cobre/Ferro)
	Município-sede do empreendimento:	Itaituba
	Localização:	Folha SB-21-Z-A, MIR - 194, Vila Riozinho
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2012
	Nº do Processo Fase Prévia:	2012/2213 e 2015/12407
	Nº do Processo Fase Instalação:	2016/00394
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 87-92)
	Valor do Investimento: (sem deduções)	R\$ 999.900.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental: (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	R\$ 9.720.465,06
	Grau de Impacto (%):	0,486072
	Internalizado em conta pública em:	Não houve internalização do recurso
	TCCA:	02/2017, celebrado em 03/04/2017
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PARNA Jamanxim
		APA Tapajós
		PE Utinga
	Menção em pautas da CCA:	12ª RE (05/04/2017)
		13ª RE (07/06/2017)
		17ª RE (17/12/2019)
	Status da Compensação Ambiental: (até 03/2020)	Executado
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de execução	Direta, pelo empreendedor
	Execução Ano 2017 (R\$):	-
	Execução Ano 2018 (R\$):	6.575.907,51
	Execução Ano 2019 (R\$):	Pendente dados IDEFLOR-Bio

3.21. Empreendimento " LDC - ETC Tapajós"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Louis Dreyfus Company - LDC
	Empreendimento:	Estação de Transbordo de Cargas Tapajós
	Descrição da Atividade:	Estação de Transbordo de Cargas
	Município-sede:	Rurópolis
	Localização:	Sítio Salobre, distrito de Santarenzinho, margem direita do Rio Tapajós, s/n
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2017
	Nº do Processo Fase Prévia:	2016/6263
	Nº do Processo Fase Instalação:	2018/15496
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Relatório de Impacto Ambiental (pág. 26-31)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	250.000.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	1.001.150,47
	Grau de Impacto (%):	0,40046
	Internalizado em conta pública em:	Execução direta, via empreendedor
	TCCA:	Pendente de informação IDEFLOR-Bio
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		ESEC Grão-Pará
		REBio Maicuru
		RDS Campo das Mangabas
		RDS Vitória do Souzel
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		FLOTA Iriri
		FLOTA Paru
		FLOTA Trombetas
		FLOTA Faro
	Menção em pautas da CCA:	15ª RE (19/09/2019)
		16ª RE (05/12/2019)
Dados	Status da Compensação Ambiental:	Em execução

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARÁ
CATÁLOGO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO - 1ª Edição



operacionais e de execução:	(até 03/2020)	
	Modalidade de Execução:	Direta, pelo empreendedor
	Execução Ano 2019 (R\$):	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-

3.22. Empreendimento "Hydro Mina Bauxita"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Norsk Hydro ASA
	Empreendimento:	Mineração Paragominas
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais não Metálicos
	Município-sede:	Paragominas
	Localização:	Rua Estrada da Mineração, s/nº. Km 30, a partir da rodovia BR-010. Platô Miltônia 3. Paragominas - PA. CEP 68.625-200.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2004
	Nº do Processo Fase Prévia:	2003/59397
	Nº do Processo Fase Instalação:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Operação:	2011/26588
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	979.427.852,32
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	10.722.680,87
	Grau de Impacto (%):	1,0964
	Internalizado em conta pública em:	Não haverá internalização de recurso
	TCCA:	A ser celebrado
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	REVIS Metrópole da Amazônia
	Menção em pautas da CCA:	15ª RO (06/06/2018)
		16ª RO (17/03/2020)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 02/2021)	Em iminência de início da execução.
	Modalidade de Execução:	Direta, pelo Empreendedor
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.23. Empreendimento "Hydro Mineroduto Paragominas"

Dados Gerais:	Empreendedor:	Norsk Hydro ASA
	Empreendimento:	Mineração Paragominas
	Descrição da Atividade:	Mineroduto de Paragominas a Barcarena
	Município-sede:	Paragominas
	Localização:	Rua Estrada da Mineração, s/nº. Km 30, a partir da rodovia BR-010. Platô Miltônia 3. Paragominas - PA. CEP 68.625-200.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2004
	Nº do Processo Fase Prévia:	2003/59369
	Nº do Processo Fase Instalação:	Não localizado
	Nº do Processo Fase Operação:	2011/26600
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	627.326.335,71
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	5.580.139,12
	Grau de Impacto (%):	0,889511
	Internalizado em conta pública em:	Não haverá internalização do recurso.
	TCCA:	Não localizado
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	REVIS Metrópole da Amazônia
	Menção em pautas da CCA:	15ª RO (06/06/2018)
		16ª RO (17/03/2020)
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 02/2021)	Em iminência de execução.
	Modalidade de Execução:	Direta, pelo Empreendedor
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.24. Empreendimento "CELBA Usina Termoelétrico (UTE) Novo Tempo"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Centrais Elétricas Barcarena S.A - CELBA
	Empreendimento:	UTE Novo Tempo Barcarena
	Descrição da Atividade:	Usina Termelétrica a Gás Natural, Terminal de Regaseificação e Gasoduto
	Município-sede:	Barcarena
	Localização:	Lote no Porto de Vila do Conde, Rodovia PA-481, Km 2,3
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2019
	Nº do Processo Fase Prévia:	2017/44570
	Nº do Processo Fase Instalação:	2019/48189 (fase 1)
		2020/22534 (fase 2)
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs. 15-39)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	3.000.000.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	19.350.785,17
	Grau de Impacto (%):	0,645026
	Internalizado em conta pública em:	12/2020
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios-Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		RDS Campo das Mangabas
		RDS Vitória do Souzel
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		REVIS Metrópole da Amazônia
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		FLOTA Iriri
		FLOTA Paru
		FLOTA Trombetas
		FLOTA Faro
	Outras atividades beneficiadas:	Revisão da Lista Oficial de Espécies da Flora Ameaçada de Extinção do Estado do Pará
	Menção em pautas da CCA:	18ª RE (03/06/2020)
		19ª RE (24/08/2020)

	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	-
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	Direta, pelo Empreendedor, e Indireta, pelo Estado
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.25. Empreendimento "Vale Dourado - Projeto Pedra Branca"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Vale Dourado Mineração S.A
	Empreendimento:	Projeto Pedra Branca
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais Metálicos
	Município-sede:	Água Azul do Norte
	Localização:	Sítio Anapolino, s/n, Lote 14, Quadra 51. Gleba Marabá
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2018
	Nº do Processo Fase Prévia:	2017/19248
	Nº do Processo Fase Instalação:	2019/26824
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (18 a 27)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	547.500.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	2.737.632,79
	Grau de Impacto (%):	0,500024
	Internalizado em conta pública em:	Aguardando definição de modalidade
	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental	Aguardando celebração de Termo de Compromisso
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	PE Utinga
		PE Monte Alegre
		PE Serra dos Martírios/Andorinhas
		PE Charapucu
		MoNa Atalaia
		RDS Campo das Mangabas
		RDS Vitória de Souza
		RDS Pucuruí-Ararão
		RDS Alcobaça
		REVIS Padre Sérgio Tonetto
		REVIS Tabuleiro do Embaubal
		REVIS Metrópole da Amazônia
		FLOTA Iri
		FLOTA Paru
		FLOTA Trombetas
		FLOTA Faro
	Menção em pautas da CCA:	17ª RO (09/10/2020)

	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	<u>Aguardando celebração de Termo de Compromisso</u>
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.26. Empreendimento "VALE Onça Puma"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	VALE S/A
	Empreendimento:	VALE S/A - Projeto Onça Puma
	Descrição da Atividade:	Lavra e Beneficiamento de Minerais Metálicos
	Município-sede:	Ourilândia do Norte
	Localização:	Estrada Vicinal, Picadão, s/n.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2004
	Nº do Processo Fase Prévia:	2004/80536
	Nº do Processo Fase Instalação:	2005/100318
	Nº do Processo Fase Operação:	2015/7641
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (págs.16-29)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	3.180.631.916,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	15.485.805,30
	Grau de Impacto (%):	0,652914
	Internalizado em conta pública em:	-
	TCCA:	A ser celebrado
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	Plano de Aplicação a ser elaborado
	Menção em pautas da CCA:	Não há menção
	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	Aguardando celebração do TCCA
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.27. Empreendimento "Mina do Sossego"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	VALE S.A
	Empreendimento:	Mina Serra do Sossego
	Descrição da Atividade:	Extração e Beneficiamento de Minerais Metálicos - Cobre
	Município-sede:	Parauapebas
	Localização:	Vila do Sossego, s/n. Vila do Sossego
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2000
	Nº do Processo Fase Prévia:	2000/212361
	Nº do Processo Fase Instalação:	2006/262000 e 2013/31420 (ampliação)
	Nº do Processo Fase Operação:	2013/31420
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Não localizado
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	Não localizado
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	Não localizado
	Grau de Impacto (%):	Não localizado
	Internalizado em conta pública em:	-
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	TCCA:	A ser celebrado
	UCs beneficiadas:	Plano de Aplicação a ser elaborado
	Menção em pautas da CCA:	Não há menção
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	Aguardando celebração de TCCA.
	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	
	Execução Ano 2021 (R\$):	
	Execução Ano 2022 (R\$):	

3.28. Empreendimento "Belo Sun - Projeto Volta Grande do Xingu"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Belo Sun Mineração Ltda.
	Empreendimento:	Projeto Volta Grande do Xingu
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais Metálicos
	Município-sede:	Senador José Porfírio
	Localização:	Distrito da Vila Ressaca, Zona Rural
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2014
	Nº do Processo Fase Prévia:	2012/5028
	Nº do Processo Fase Instalação:	2015/5340
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA (53 a 56)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	1.223.847.940,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	9.726.183,50
	Grau de Impacto (%):	0,794722
	Internalizado em conta pública em:	Não houve internalização.
	TCCA:	01/2017, celebrado em 02/02/2017
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	Criação e Implementação do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Tabuleiro do Embaubal Criação de Unidade de Conservação
	Menção em pautas da CCA:	10ª RO (24/09/2014)
	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	Não executado
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.29. Empreendimento "Mineração Caraíba - Projeto Boa Esperança"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Mineração Caraíba S/A
	Empreendimento:	Projeto Boa Esperança
	Descrição da Atividade:	Extração e Beneficiamento de Minerais Metálicos - Cobre
	Município-sede:	Tucumã
	Localização:	Serra da Boa Esperança (Bacia do Rio Fresco)
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2012
	Nº do Processo Fase Prévia:	2008/549918
	Nº do Processo Fase Instalação:	2013/9050
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMA
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	630.000.000,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	4.623.016,19
	Grau de Impacto (%):	0,7338
	Internalizado em conta pública em:	-
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	TCCA:	Não celebrado
	UCs beneficiadas:	-
	Menção em pautas da CCA:	Não há menção
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	Não executado
	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.30. Empreendimento "Cevital - TUP e Complexo Agroindustrial Barcarena"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	CEVITAL Internacional do Brasil Ltda.
	Empreendimento:	TUP e Complexo Agroindustrial Barcarena
	Descrição da Atividade:	Terminal de Uso Privado com Complexo Agroindustrial e Central de Armazenamento e Logística
	Município-sede do empreendimento:	Barcarena
	Localização:	Rodovia PA-483, Complexo Industrial, s/nº., Vila dos Cabanos. Barcarena-PA.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2019
	Nº do Processo Fase Prévia:	2017/10618
	Nº do Processo Fase Instalação:	-
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	Relatório de Impacto Ambiental
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	1.394.671.021,54
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	8.271.467,50
	Grau de Impacto (%):	0,593077
	Internalizado em conta pública em:	-
	TCCA:	A ser celebrado
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	-
	Menção em pautas da CCA:	Não há menção
	Status da Compensação Ambiental: (até 08/2020)	-
Dados operacionais e de execução:	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

3.31. Empreendimento "CHAPLEAU Projeto Coringa"		
Dados Gerais:	Empreendedor:	Chapleau Exploração Mineral Ltda. (Anfield Gold Corp.)
	Empreendimento:	Projeto Coringa
	Descrição da Atividade:	Extração de Minerais Metálicos (ouro/cobre/ferro)
	Município-sede:	Altamira e Novo Progresso
	Localização:	Rua Quatro de Abril, nº. 312, bairro Jardim Planalto, Novo Progresso - PA.
Dados de Processo:	Ano do Licenciamento:	2020
	Nº do Processo Fase Prévia:	2017/39519
	Nº do Processo Fase Instalação:	2020/35128
	Nº do Processo Fase Operação:	-
	Áreas de Influência do Empreendimento:	RIMAI (págs. 10-14)
	Valor do Investimento (R\$): (sem deduções)	R\$ 89.649.335,00
	Valor Final da Compensação Ambiental (R\$): (calculado em SC2A e firmado em TCCA)	R\$ 566.630,23
	Grau de Impacto (%):	0,632052
	Internalizado em conta pública em:	-
	TCCA:	A ser celebrado
Dados sobre Unidades de Conservação (UCs):	UCs beneficiadas:	-
	Menção em pautas da CCA:	-
Dados operacionais e de execução:	Status da Compensação Ambiental: (até 02/2021)	Aguardando celebração do TCCA
	Modalidade de Execução:	-
	Execução Ano 2020 (R\$):	-
	Execução Ano 2021 (R\$):	-
	Execução Ano 2022 (R\$):	-

Secretaria de
**Meio Ambiente
e Sustentabilidade**

